

Apresentação

A história do tempo presente e as buscas de “últimas catástrofes”

Miriam Hermeto

Professora do Departamento de História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
miriamhermeto@gmail.com

Gabriel Amato

Professor do Núcleo de História do Centro Pedagógico
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
amatolgabriel@gmail.com

No segundo semestre de 2025, recebemos, como equipe de pesquisadores(as) do Laboratório de História do Tempo Presente (LHTP), um convite da linha de História e Culturas Políticas da Comissão Editorial da revista *Temporalidades*: organizarmos juntos um dossiê do periódico, orientado pela e para a “história do tempo presente”. A interface entre a ideia do dossiê e o LHTP é evidente e se expressa no nome do Laboratório¹, que se organizou, em 2018, como resultado da aproximação entre dois núcleos de pesquisa com atuação consolidada no Departamento de História e na Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFMG: o Núcleo de História Oral (desde 1989) e o Grupo de Pesquisa História Política – Culturas Políticas na História (desde 2007).

Recebemos o convite com contentamento, pois o eixo norteador que o texto de definição da proposta continha vem ao encontro do que compreendemos no LHTP como um dos nossos principais

¹ Coordenado pelos professores Rodrigo Patto Sá Motta e Miriam Hermeto, desde 2018 o LHTP dedica-se a produzir e tratar acervos históricos com documentos de diferentes naturezas, desenvolver projetos de pesquisa e extensão, organizar eventos acadêmicos e promover debates sobre as temáticas em pauta na agenda de pesquisas do campo da história do tempo presente. Para maiores informações, consulte o site oficial disponível em: <<https://www.fafich.ufmg.br/lhtp>>. Acesso em 5 jun. 2026.

desafios: o de que nós, historiadores(as), lidemos com a História do Tempo Presente não apenas como um objeto de estudos que tem proximidade temporal com o hoje – examinando eventos ocorridos há pouco tempo, numa história contemporânea mais próxima –, mas, sobretudo, como uma construção do conhecimento que se faz em um “agora” imantado de vestígios do passado que compõem nossa experiência – um passado que tem um “modo de presença”, nos dizeres do texto original do convite.

“Passado-presente: história, criação e disputas no agora”, o dossiê que ora apresentamos, mantém o título que nos foi apresentado e é fruto deste esforço coletivo. Por tudo isto, começamos agradecendo à Comissão Editorial da *Temporalidades* pela confiança do convite, pelas possibilidades de reflexão que ele engendrou, pelo trabalho dedicado ao longo de toda a produção e pela paciência com os nossos tempos estendidos. Em especial, a Wemerson F. Gomes, portador do convite, interlocutor sempre gentil e consistente. Agradecemos, também, à equipe de pesquisadores e pesquisadoras do LHTP, que assumiu conosco a tarefa, fazendo leituras e pareceres dos artigos que recebemos na chamada.

Uma das preocupações centrais que tivemos ao fazer a análise dos textos enviados é oriunda do fenômeno contemporâneo que nos apresentou Hans Ulrich Gumbrecht (2015): o presente tem se convertido em um invasivo, imersivo e onipresente presente – e aqui as repetições são pleonasmos necessários à composição conceitual. Esta mudança de percepção do tempo de um presente alargado, tão fundamental no nosso cotidiano, tem sido adensada pela celeridade dos avanços tecnológicos e pelo papel que o digital vem assumindo em nosso cotidiano e produziu um efeito (por vezes perverso): o tempo presente ganhou tal protagonismo que chega a ser naturalizado. E, neste movimento, por vezes a História do Tempo Presente pode simplesmente se transformar em algo que está “na moda”, sofrendo um esvaziamento epistemológico. Porque quando tudo é “tempo presente”, nada o é.

Diante destas preocupações, nosso principal cuidado na seleção dos artigos para compor o dossiê vinha sobretudo do desejo de reunir um conjunto de pesquisas que pudesse contribuir para um debate sobre a natureza mesma do tempo presente e de suas abordagens na pesquisa histórica – este eixo de reflexões que nos é caro e apresenta-se como uma necessidade neste momento, para mais uma volta no processo de amadurecimento de uma “história do tempo presente” no Brasil. Vejamos, então, a trilha que seguimos como grupo de pesquisadores(as) numa história da historiografia, e que nos trouxe até aqui.

É fato que a “história do tempo presente” já não é mais uma novidade nos meios acadêmicos brasileiros. E está longe de ser uma mera moda. A publicação de livros sobre o tema em formato de coletâneas, como aqueles organizados por Marieta de Moraes Ferreira e Lucília de Almeida Neves Delgado (2014) e por Angélica Müller e Francine Iegelski (2022), demonstra as diversas possibilidades temáticas, metodológicas e teóricas desse campo de pesquisa historiográfica. Eventos acadêmicos como o Seminário Internacional do Tempo Presente, realizado a cada três anos pelo Programa de Pós-Graduação em História da Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) e que chega a sua sexta edição neste ano de 2026, têm se constituído como fóruns de debate coletivo sobre os estudos históricos do tempo presente. Além de vários dossiês publicados em revistas acadêmicas, como este que ora apresentamos, a história do tempo presente tem também um periódico especialmente dedicado a ela: o *Boletim Tempo Presente*, lançado pelo historiador Francisco Carlos Teixeira da Silva, professor da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), em 2012².

Diante de tantas iniciativas consolidadas, hoje os ataques ao empreendimento intelectual de tomar o presente como tema da escrita da história, mesmo quando persistem, parecem estar ficando no passado. Fiquemos apenas em dois exemplos. À noção de que a falta de distanciamento temporal significaria parcialidade, impossibilitando a objetividade requerida pela pesquisa histórica, pesquisadores responderam que todo(a) historiador(a) parte de um lugar social que é também um certo lugar no tempo, o que, necessariamente, impõe parcialidades. Além disso, a proximidade temporal foi transformada de limite em possibilidade, na medida em que permite, aos pesquisadores do tempo presente, o acesso às chamadas “testemunhas”, por meio da história oral, ou a debates ainda em curso. Diante da crítica de que muitos documentos governamentais, militares ou diplomáticos permanecem sigilosos durante décadas, o que obrigaria os historiadores do tempo presente a trabalhar com documentação incompleta ou não sistematizada por profissionais da arquivologia, os pesquisadores lembram que toda pesquisa histórica trabalha com documentação parcial. Mais uma vez esse suposto limite foi transformado em oportunidade, na medida em que os estudos históricos sobre o presente

² As edições regulares do *Boletim do Tempo Presente* podem ser consultadas no Portal de Periódicos da Universidade Federal de Sergipe (UFS), disponível em: <<https://periodicos.ufs.br/tempopresente>>. Acesso em: 1 jun. 2026.

lançam mão de conjuntos documentais que não existiam para períodos mais antigos, como registros audiovisuais e arquivos digitais.

Poderíamos pensar que temos vivido o movimento contrário: certa banalização da noção de “história do tempo presente”, uma postura que implica tanto na desconsideração da epistemologia própria da História ao tratar historiograficamente do presente quanto em certo esquecimento deliberado da genealogia da própria noção de “história do tempo presente”.

Por um lado, quando deixamos de lado a particularidade epistemológica do olhar de historiadores para os fenômenos humanos – qual seja, a atenção às temporalidades – podemos tratar a história do tempo presente como sinônimo de estudos sobre as “atualidades” ou como comentários sobre a conjuntura. Esse entendimento superficial sobre os estudos históricos acerca do presente tende a reduzir esse campo de reflexões a um recorte cronológico (a “história imediata”). Contudo, como argumenta Henry Rousso, “o historiador do tempo presente não é um historiador do instante e não tem a vocação de correr atrás da atualidade” (2016, p. 246).

Por outro lado, se estamos interessados em reconhecer tanto os limites quanto as possibilidades de estudar o presente a partir do olhar historiográfico, é preciso analisar também a genealogia da própria noção de “história do tempo presente”. Mais do que simples exercício erudito, esse movimento intelectual é central porque, como argumenta Fernando Catroga (2010, p. 24), a história da historiografia tem um valor epistemológico. Pensar como o presente se tornou tema da História-disciplina, quando antes ele não era, é reconhecer o caráter contextual (ou “epocal”, como quer Catroga) da própria atividade historiográfica. Fazer isso é, também, compreender possibilidades, limites e problemáticas impostos por um horizonte historiográfico centrado em temas, fontes e perguntas do e sobre o tempo presente.

Esse raciocínio torna-se ainda mais relevante quando se pensa que, se foi preciso afirmar a validade de uma História-disciplina que se dedica ao presente, isso significa que, durante um tempo, essa possibilidade era interdita aos historiadores. Esse movimento se relaciona com o próprio processo de disciplinarização da História em países como a França (processo entendido por muito tempo como “modelo”) e o Brasil. No caso francês, os historiadores que se dedicaram a tornar a História uma disciplina com objeto e método próprios, em fins do século XIX, foram também responsáveis por diferenciá-la de outras ciências humanas, definindo o estudo do passado como uma das características originais da prática historiográfica. Vale lembrar que à famosa afirmação de que “a

história se faz com documentos”, Charles-Victor Langlois e Charles Seignobos, em seu canônico manual *Introdução aos estudos históricos*, publicado originalmente em 1898, adicionam uma definição de documento como “traços que deixaram os pensamentos e os atos dos homens do *passado*” (1946, p. 15, grifo nosso). A flexão de gênero (afinal, é exatamente aos *homens* que a história se dedicava nessa perspectiva) aqui nos parece tão importante quanto a localização temporal. Quando disciplinada, a História era a “ciência” do passado. A recusa ao presente, mesmo que paradoxal (Rousso, 2016, p. 80-98), foi acompanhada pela invenção da noção de que recuperar “o que realmente aconteceu” exigia um olhar distanciado das emoções políticas do presente. À História-disciplina caberia o estudo do passado (no caso da França e da Alemanha de fins do século XIX, especialmente o passado medieval). Os temas do presente seriam reservados à Sociologia, à Ciência Política e a outras ciências sociais que então se disciplinavam.

Também no contexto francês, os debates de um vetor de sociabilidades essencial para o campo da pesquisa histórica constituído em finais da década de 1920, a célebre revista *Annales. Histoire, Sciences sociales*, denunciavam a estreiteza desta definição, considerando que o conhecimento histórico se faz a partir das questões e das possibilidades de investigação que o presente apresenta. Uma síntese desta ideia foi apresentada em *Apologia da história ou o ofício do historiador*, o livro-testamento de um dos pioneiros dos *Annales*. Marc Bloch acusava o absurdo de que o passado, ele mesmo, pudesse ser objeto da ciência, redefinindo a História como “a ciência dos homens no tempo” (Bloch, 2001, p. 55).

Mas a definição de um campo de pesquisa nomeado História do Tempo Presente seria posterior. Foi com um evento entendido, à época de seu acontecimento, como “catástrofe” – noção cunhada pelo historiador Henry Rousso (2016), como retomaremos à frente – que a urgência de uma história do tempo presente se impôs no contexto francês.

O campo da pesquisa histórica precisou se haver com as memórias – diversas, quase sempre marcadas por controvérsias e divergências – de testemunhas vivas da tragédia da Primeira e da Segunda Guerras Mundiais, ávidas tanto de protagonizar a reconstrução da Europa quanto de compreender e explicar a tragédia que haviam vivido. A que haviam sobrevivido. A necessidade de analisar a memória sem tomá-la como a própria história, combinada com seu uso como arma nas disputas políticas daquele presente, foi o mote para que um grupo de historiadores(as), norteados por François Bédarrida, construísse, em finais dos anos 1970, uma instituição que se tornou um dos nascedouros deste novo campo de pesquisa: o *Institut d'Histoire du Temps Présent* (IHTP). Ao longo das décadas seguintes, o IHTP

participou da renovação da história política enquanto construía as bases contemporâneas de uma história da memória, muito vinculada à história oral. Publica, há muitos anos, *Cahiers de l'IHTP* e *Bulletins de l'IHTP*, com vários números temáticos destinados a pesquisadores, estudantes e testemunhas³, além de ter sido pioneiro na produção e na preservação de acervos de fontes orais, que foram digitalizados em parceria com os *Archives nationales*.

Diante dessa genealogia do campo e do reconhecimento de que é preciso olhar para o tempo presente com as ferramentas próprias da historiografia, um questionamento se impõe: o que seria, afinal, o “tempo presente”? Se nos contentamos com uma definição que tem o apelo da suposta objetividade do tempo cronológico, aquele do calendário, retomaremos a noção tantas vezes repetida de que a história do tempo presente se dedica ao estudo dos últimos cinquenta anos. Na França dos anos 1970 e 80, essa compreensão levou historiadores(as) a se dedicarem ao estudo do período entreguerras, da ocupação nazista, da França de Vichy. Mais tarde, aos anos 1960 e a todas as mobilizações sociais e políticas que marcaram essa conjuntura. No Brasil da mesma época, essa compreensão, que então se instalava nos meios acadêmicos, levou ao estudo da chamada “Era Vargas”, das mobilizações sociais da chamada “experiência democrática” de 1946 a 1964. E, algum tempo depois, à pesquisa sobre a ditadura militar, movimento que levou à popularização de certa identificação imediata entre a história do tempo presente e esse período da história política brasileira.

A definição do tempo do calendário, contudo, traz à tona um problema central para o campo da “história do tempo presente”. Trata-se da constante mobilidade das fronteiras cronológicas, fenômeno que indica que, longe da objetividade, o tempo do calendário é, ele também, marcado pela construção cultural. Para Henry Rousso (2016), a história do tempo presente não pode ser definida apenas por uma cronologia fixa. Ao contrário, o autor propõe que seu recorte temporal está relacionado à existência de uma ruptura histórica de grandes proporções, de uma catástrofe que reorganiza as experiências coletivas e as memórias sociais. Um evento traumático no “espaço de experiência”, portanto responsável por balizar os “horizontes de expectativa” das sociedades, para usarmos as categorias cunhadas por Reinhart Koselleck (2015, p. 305-328) para analisar as percepções sobre o tempo histórico. Durante boa parte da segunda metade do século XX, esse marco de

³ As edições dos *Bulletins de l'Institut d'Histoire du Temps Présent* publicadas entre 1980 e 2007 podem ser consultadas no portal *Persee*, disponível em: <<https://www.persee.fr/collection/ihtp>>. Acesso em: 5 jun. 2026.

“catástrofe” foi representado pela Segunda Guerra Mundial. A guerra, o nazismo, o genocídio dos judeus europeus e a reorganização geopolítica do pós-guerra se apresentavam como a referência a partir da qual os indivíduos passaram a interpretar seu próprio tempo. Esses acontecimentos seriam fundadores de uma nova contemporaneidade, um novo presente.

Rousso (2016) argumenta ainda que os marcos definidores do que seria o “tempo presente” são móveis e dependem das transformações da própria experiência histórica – remetendo-nos a um elemento fundamental do ofício de historiador(a), a prática de construir periodizações. Nesse sentido, os acontecimentos entre 1989 e 1991, que incluem a queda dos regimes de socialismo de partido único no Leste Europeu, a dissolução da União Soviética, a onda de redemocratização na América Latina e o fim do regime de apartheid na África do Sul, adquiriram o estatuto de uma nova catástrofe histórica. Essas rupturas marcaram o desaparecimento de um mundo político consolidado após 1945, com a imposição da lógica política da Guerra Fria. Assim, se a Segunda Guerra Mundial havia definido por décadas o horizonte do tempo presente, a chamada “terceira onda de democratização” em fins do século XX passou a constituir um novo ponto de inflexão para a compreensão do tempo presente, sem que isso implicasse o abandono imediato dos recortes anteriores. Para Rousso (2016), portanto, a noção de “tempo presente” é delimitada pela última grande ruptura capaz de projetar seus efeitos sobre a experiência dos vivos e sobre a maneira como as sociedades pensam a si mesmas. O presente é delimitado, enfim, pela “última catástrofe”, como anuncia o título de seu livro.

Diante dessa argumentação do historiador francês, poderíamos, contudo, chamar a atenção para a necessidade de nos atentarmos para as particularidades escalares do que seriam esses eventos delimitadores do presente. Especificidades locais, regionais e nacionais, sem que se perca de vista possíveis dimensões globais que têm ganhado protagonismo em nosso presente caracterizado por intensos fluxos de pessoas e informações (vale ressaltar, Henry Rousso tem em mente, afinal, o contexto europeu, mais particularmente o francês). Esse exercício nos ajudaria a compreender, por exemplo, as razões pelas quais as últimas ditaduras militares vividas no cone sul da América tenham sido por muito tempo compreendidas por historiadores(as) como a delimitação por excelência do “tempo presente”. Perseguição política, desaparecimentos forçados, políticas de etnocídio indígena, exílio, tortura e tantas outras formas de violência praticadas pelos Estados e seus agentes têm sido compreendidos como a “nossa” última “catástrofe”, delimitando agendas de reflexão próprias para as historiografias brasileira, argentina, paraguai, chilena, uruguaia...

Mais recentemente, contudo, processos de proporção transnacional, com dimensões acentuadas pela hiperconectividade de um mundo globalizado, parecem ocupar esse lugar delimitador do presente em certas pesquisas históricas. Em alguns casos, esse evento é a pandemia da covid-19 entre 2020 e 2022. Em outros, a emergência da ultradireita a partir da década de 2010. Ao mesmo tempo, eventos locais também ganham centralidade em alguns empreendimentos de historiar o tempo presente, caso dos crimes ambientais envolvendo a mineradora Vale (os rompimentos das barragens do Fundão, na cidade de Mariana em 2015, e do Córrego do Feijão, na cidade de Brumadinho em 2019). A noção de “catástrofe” aparece, assim, como um marco temporal, que, simbolicamente, indica o início de uma nova contemporaneidade. E que faz a pesquisa histórica sobre o presente tomar a “última catástrofe” como um lugar privilegiado para pensar as tensões entre história e memória, conhecimento e experiência, objetividade e subjetividade, distância e proximidade, pesquisador(a) e testemunha.

A partir da delimitação de diferentes “tempos presentes” simbolicamente cindidos por “últimas catástrofes”, a história do tempo presente tem se mostrado, portanto, profícua em enfrentar temas urgentes com ferramentas historiográficas. Temáticas como a desinformação; os usos políticos do passado; as diferentes formas de negacionismo; o “distorcionismo” (Joffily e Ramalho, 2023); os processos de plataformação da política, da educação e do trabalho; as crises ambientais; ou a persistência de genocídios e outras formas de violência no século XXI, para citarmos apenas algumas. Os artigos publicados neste dossiê da revista *Temporalidades*, que passamos agora a apresentar sumariamente, indicam a diversidade dessas reflexões. A leitura conjunta desses trabalhos permite reconhecer caminhos já trilhados, ao mesmo tempo em que abre horizontes de reflexão e pode inspirar novas práticas que tenham o tempo presente como território e a historiografia como ferramenta.

No campo específico da história política, o tempo presente tem sido interrogado a partir do processo de aparecimento de grupos, lideranças, movimentos e sensibilidades de ultradireita no século XXI. O (re)ssurgimento de discursos e práticas excludentes se configura, assim, como a “última catástrofe” a ser compreendido pela historiografia.

Este é o caso de duas contribuições a este dossiê. Na primeira, o artigo “Os avanços da extrema direita, capitalismo de plataforma e o neofascismo no contexto brasileiro”, Maria Eduarda de Sousa Lopes e João Paulo Charrone analisam a extrema direita brasileira a partir do processo de plataformização do trabalho que tem reorganizado o debate político nacional. Os autores argumentam que esse processo fortaleceu discursos e práticas neofascistas, em especial no ambiente das redes sociais, na medida em que grupos reacionários se apropriam de lógicas próprias ao capitalismo na era digital. Transformações nos mundos do trabalho e na esfera política são, assim, analisadas em conjunto com o objetivo de entender o processo mais amplo de “plataformização da vida”.

A segunda contribuição nesse sentido é o artigo “História do tempo presente e o resgate da mitologia política: Reagan-Trump e os usos do passado”, em que Sabrina Alves Ferreira analisa a instrumentalização de mitologias políticas nacionais pelo trumpismo. A partir da análise comparada de declarações de Donald Trump durante seu primeiro mandato como presidente dos EUA, entre 2016 e 2021, e de Ronald Reagan nos anos 1980, a autora traça uma genealogia do *slogan* “*Make America Great Again*”. Além de ressaltar o caráter nostálgico e ressentido dessa retórica, a reflexão de Ferreira é interessante na medida em que localiza o trumpismo na história da direita estadunidense. A presidência de Trump aparece, assim, como uma adaptação dessas forças políticas ao cenário ultramidiático do século XXI, e não como uma completa novidade.

No âmbito da história política, também, antigos conflitos geopolíticos têm sido reexaminados, em busca de identificar permanências e transformações, especialmente a partir do exame das novas formas de ação no tempo presente – “últimas (velhas) catástrofes”, quiçá. É este o caso do artigo de George Daniel Rodrigues Fonseca, “Muros e *checkpoints*: territórios palestinos entre a ocupação e a violência”, que toma como objeto de estudos o sistema israelense de controle sobre o território palestino. Partindo de um debate teórico entre autores nacionais e internacionais sobre as relações entre identidade, território e nacionalidade, o autor analisa o uso de estratégias de controle físico de circulação pelo território e argumenta que, para além de sua função prática no conflito, elas são construções culturais e simbólicas capazes de manter um Estado de exceção permanente. Identifica em seus documentos – relatos de viagem de duas intelectuais brasileiras e o documentário *The Architecture of Violence* (2014) – indícios de que estas estratégias reatualizam o controle de Israel sobre a Palestina ao sustentar as noções de hierarquia e exclusão.

Os questionamentos teóricos e metodológicos sobre o campo da história do tempo presente são também uma abordagem frequente. E, nestes casos, talvez possamos pensar que o exame na construção das “últimas catástrofes” como processo epistemológico. Embora todos os artigos do dossiê proponham reflexões teóricas consistentes, como é desejável em produções de natureza acadêmica, dois transformam as relações entre tempo presente, teoria e metodologia em objeto de estudos.

Um deles propõe uma abordagem que gira em torno de uma das questões mais desafiadoras do campo: pode-se falar em métodos próprios da história do tempo presente? Lucas Coelho Baccin, a partir de sua pesquisa de doutorado em curso, propõe-se a discutir a “Genealogia como metodologia para a História do Tempo Presente: diálogos com Foucault e Nietzsche”. O historiador defende que, sim, há aplicações possíveis da genealogia como método – associadas a práticas de descontinuidades, acasos, mudanças e rupturas – que desafiam verdades e convicções sólidas do presente ao desmontar os processos pelos quais foram construídos.

Muriel Custodio dos Passos, por sua vez, trata de questões de teoria e metodologia por outro viés: “Os Artigos de opinião de Michel Zaidan Filho no blog do *Brasil 247*, entre o passado histórico e o passado prático”. Ao trabalhar com cinco artigos de opinião do historiador acadêmico, todos sobre o papel do acadêmico das ciências humanas e a questão da democracia brasileira, problematiza os modelos de produção textual prescritos pela historiografia. A reflexão sobre as categorias de Hayden White (2018), “passado histórico” e “passado prático”, é a base para que o autor do artigo compreenda esta forma de atuação de um historiador no espaço público. Passos considera que, ao articular as duas categorias (com alguma predominância do “passado prático”), procurando responder “às preocupações ético-políticas que se colocam diante das incertezas e ameaças vividas pela democracia brasileira nos últimos anos”, Zaidan Filho realiza uma forma de produção específica de história do tempo presente.

Uma outra abordagem que tem sido comum no campo em questão é a análise dos usos do passado, buscando identificar as diferentes formas de narrativas sobre eventos, personagens e períodos históricos no presente. A partir do reconhecimento de que não se recorre ao passado de forma neutra, não se pode reconstruí-lo apenas objetivamente, historiadores(as) vêm tentando compreender como as diferentes formas de engajamento de autores(as) com o passado têm relação com valores e princípios específicos. E, mais, como estes engajamentos relacionam-se com a construção de identidades e

projetos políticos e sociais no tempo do agora. Neste dossiê, três são os artigos que têm este alvo prioritário – dois deles articulando os usos do passado à ideia de negacionismo, uma outra abordagem que tem sido recorrente na história do tempo presente nos últimos anos.

“Usos do passado e usos da natureza: intelectuais brasileiros e a pandemia de covid-19”, de Híkaro de Castro Dias Ferreira, realiza uma análise de ensaios (de Ciências Humanas e Sociais e Filosofia) escritos com o intento de construir sentidos para a pandemia de covid-19. A partir da nossa abordagem neste texto de apresentação do dossiê, podemos pensar que o autor constrói uma periodização da história recente, considerando a pandemia como a “última catástrofe”, este evento que reposiciona nossa visão das temporalidades e experiências humanas. E ele o faz, de fato, ao concluir as narrativas de intelectuais brasileiros convergem no sentido da pandemia como crise aguda, a partir de um imbricamento temporal: concepções específicas de natureza no passado, um presente que se opõe ao negacionismo hegemônico na sociedade em que vivem e uma projeção pessimista de futuro.

Em “A a-ideologia enquanto ferramenta do Negacionismo histórico: princesa Isabel e a abolição na segunda temporada do *Guia politicamente incorreto da História do Brasil*”, Caio Santos Melo examina uma forma de representação da relação entre (Princesa) Isabel e um episódio muito controverso na história do Brasil, a abolição da escravidão, tomando como fonte o segundo episódio da série de documentários para a TV, Canal History Brasil, baseada no *best-seller* homônimo de Leandro Narloch. Com um arcabouço teórico consistente, o autor do artigo contesta a auto-apresentação do documentário como a-ideológico e despolarizado, acusando seu alinhamento político à direita, de caráter negacionista e com tonalidades monarquistas. Problematisa, ainda, o uso do passado da abolição como forma de deslegitimação da história ensinada nas escolas – estratégia usual de movimentos políticos conservadores contemporâneos, como o Escola Sem Partido.

O terceiro artigo que trabalha com a perspectiva dos usos do passado é “Fonte da Memória: arte, memória visual e política personalista”, de Fernando Cardoso. Em diálogo com os conceitos de Diretriz e Encargo (Michael Baxandall, 2006), o autor analisa o complexo escultórico *Fonte da Memória* (Ricardo Tod, 1995) como um artefato simbólico de disputas políticas e identitárias. Produto do trabalho realizado pela Comissão dos 300 Anos, instituída em Curitiba em 1993 por ocasião do tricentenário da cidade, a obra nasceu como uma forma de o poder público instrumentalizar a memória para compor uma narrativa oficial que se pretendia hegemônica – no entanto, engendrou resistências de grupos que reivindicavam participação democrática nas decisões culturais. O texto analisa os

processos de “uso político da encomenda artística”, considerando a obra mais do que um objeto de arte, um lugar de memórias em disputa.

As mídias e seus produtos, assim como as formas como têm engendrado novos costumes e formas de vida ao mesmo tempo em que por elas são engendradas, têm sido também uma temática recorrente na história do tempo presente. Em um dos artigos deste dossiê, este é o foco central, não apenas como fontes, mas como objeto de estudos.

Fabíola Lima Silva questiona a construção das temporalidades históricas a partir de uma telenovela no artigo “Estruturas do passado, violências no presente: uma análise do julgamento do personagem Theo na telenovela *Vai na Fé*”. Em diálogo com um conjunto de referentes teóricos importantes para as reflexões sobre raça e racismo, feminismo negro, trauma e memória no mundo contemporâneo, e a partir da metodologia “eventos narrativos” (Rocha, 2016), a autora toma a TV como espaço de disputas no tempo presente. Ao analisar as interações entre as personagens da telenovela num contexto judicial, considera como a ficção permite refletir sobre um dado de realidade importante no tempo presente: as concepções coloniais do passado tensionam as estruturas legais do presente, o que faz com que, para mulheres negras, a busca pela justiça seja também uma “luta contra as estruturas históricas e sociais que insistem em silenciá-las”.

Com uma seleção do que foi apresentado para a comunidade acadêmica como resposta à chamada para este dossiê temático da *Temporalidades*, esta publicação reúne nove artigos com temáticas e objetos de pesquisa bastante distintos entre si. Textos que, a nosso ver, compõem nove caminhos de buscar compreender como as “últimas catástrofes” (re)inauguram a história no tempo presente e (re)criam uma história do tempo presente.

Referências bibliográficas

BLOCH, Marc. *Apologia da história ou o ofício do historiador*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2001.

CATROGA, Fernando. O valor epistemológico da história da história. In: RIBEIRO, Maria Manuela Tavares (coord.). *Outros combates pela história*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra, 2010.

FERREIRA, Marieta de Moraes; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (org.). *História do tempo presente*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2014.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. *Nosso amplo presente: o tempo e a cultura contemporânea*. São Paulo: Editora Unesp, 2015.

LANGLOIS, Charles-Victor; SEIGNOBOS, Charles. *Introdução aos estudos históricos*. São Paulo: Renascença, 1946.

JOFFILY, Mariana; RAMALHO, Walderez. Distorcionismo: uma nova categoria de análise para o campo de batalha da história no século XXI. *Tempo*, Niterói, v. 30, n. 1, e300108, 2024. DOI: 10.1590/TEM-1980-542X2024v300108.

KOSELLECK, Reinhart. *Futuro passado: contribuição à semântica dos tempos históricos*. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora PUC-Rio, 2006.

MÜLLER, Angélica; IEGELSKI, Francie (org.). *História do tempo presente: mutações e reflexões*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2022.

ROUSSO, Henry. *A última catástrofe: a história, o presente, o contemporâneo*. Rio de Janeiro: FGV Editora, 2016.